

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente deputado Reis, deputado Suplicy, deputada Ediane.

No final do ano passado foi aprovado um projeto de lei, aqui no plenário da Assembleia Legislativa, denominado o Projeto da Grilagem, o Projeto da Reforma Agrária para os ricos.

Nós tivemos as galerias ocupadas pelos trabalhadores, pelos camponeses, para quem realmente produz na terra e luta pela reforma agrária no estado de São Paulo, sobretudo na região do Pontal do Paranapanema.

Nós denunciamos exaustivamente o PL da Grilagem, o PL da Reforma Agrária para os ricos, que foi apresentado por deputados da base do Governo, do governo anterior, do tucanato, de Doria e de Rodrigo Garcia, do tucanistão.

E teve o apoio, o projeto foi aprovado, inclusive, com o voto favorável também da bancada da extrema direita, também com ligações, logicamente, aos interesses políticos e ideológicos do agronegócio predador, eu digo.

O projeto foi aprovado imediatamente. O Rodrigo Garcia, governador, sancionou a lei. A lei foi regulamentada por um decreto. É a Lei nº 17.557, de 2022. Houve recurso ao Supremo Tribunal Federal. Na época nós acionamos também o Ministério Público do Estado, para que ele ingressasse com uma Adin, com uma medida judicial contra a aprovação dessa lei que, para nós, é inconstitucional.

Ela entrega terras públicas, terras devolutas, do povo do estado de São Paulo, para os grandes latifundiários, para os donos do grande agronegócio predador do estado de São Paulo. Predador da natureza, que envenena, inclusive, os alimentos. E agora, recentemente, foram publicados os editais, praticamente doando essas terras a esses grandes grupos que eu acabei de citar.

No último dia 9 de maio, eu ingressei com duas representações. Uma, no Ministério Público do Estado. E uma outra, no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pedindo para que ambos entrem com recursos contra esses editais, que estão entregando, vendendo a preço de banana milhares de hectares a esses grandes grupos econômicos. É a reforma agrária para os ricos, do “tucanato”, e com aval, agora, do Tarcísio de Freitas.

Eu quero mostrar aqui no telão, Sr. Presidente, os editais. Esse aqui é um deles, é um edital que foi publicado exatamente no dia quatro de maio, olha só. É a Fazenda São João, uma fazenda já existente, com aproximadamente 1.344 hectares. Essa fazenda, que pertence à família Junqueira, fica na região do Pontal do Paranapanema, em Marabá Paulista.

Essa fazenda, que é enorme, Sr. Presidente, e vive da monocultura, teve uma avaliação pelo Instituto de Economia Agrícola, como está aqui nesse edital, nessa publicação do Diário Oficial do Estado de São Paulo, publicação do Itesp, de aproximadamente 20 milhões de reais, que é um valor baixo.

Porque o valor de mercado - nós fizemos levantamentos na região sobre valores de mercado em relação a propriedades com esse número de hectares - gira em torno de aproximadamente, por baixo, 70 milhões de reais. Seria o valor, na verdade, dessa propriedade; valor de mercado.

O Instituto de Economia Agrícola rebaixou para 20 milhões, porém o Itesp vai vender, vai doar, vai entregar de mão beijada para essa família Junqueira por apenas aproximadamente quatro milhões de reais. Sr. Presidente, isso é um crime contra o patrimônio público que foi legalizado.

Essa lei tem que ser derrubada. Eu entrei com as representações, justamente para que o Tribunal de Contas conteste e o Ministério Público também, porque cabe recurso a esses valores.

E tem um outro exemplo, também, tão grave, Sr. Presidente... São vários, na verdade. Eu estou selecionando apenas dois para que a população tenha a clareza da gravidade da situação. Aqui nós temos a Fazenda Sucutira, que fica no município de Teodoro Sampaio. A mesma coisa: ela tem aproximadamente 770 hectares; o valor dela, que foi avaliado pelo Instituto de Economia Agrícola, foi de nove milhões.

Porém, ela está sendo entregue por apenas dois milhões; mas o valor de mercado supera, na região, os 50 milhões de reais. Então, uma terra que vale quase ou mais de 50 milhões, em média, no mercado, está sendo doada para um grande grupo por dois milhões.

E assim vai; são vários editais, Sr. Presidente, que estão sendo publicados e avaliados. Isso é gravíssimo, isso é um crime contra o patrimônio, contra o povo do estado de São Paulo.

É a reforma agrária para os ricos, é a grilagem, a invasão de terras legalizada pelo Governo do Estado, pela bancada tucana, que tem nome aqui na Assembleia Legislativa e que aprovou esse projeto.

Nós votamos contra, no final do ano passado, e denunciamos essa grilagem para os ricos. E agora ficam querendo implantar aqui na Alesp uma CPI para investigar o MST, para penalizar os trabalhadores rurais, produtores de alimento orgânico. Tentam inverter aqui as coisas. Tem uma outra CPI no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados.

Então, isso tem que ser investigado, Sr. Presidente. Inclusive, eu estou já levando essa denúncia para que ela seja analisada também na CPI da Câmara dos Deputados, porque isso tem que ser investigado. É grave. Enquanto o Supremo não resolve essa situação, deputado Suplicy, em relação à lei que é, na nossa opinião, inconstitucional, nós temos que tomar medidas.

E uma delas é essa que eu tomei, acionando o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o Ministério Público Estadual, para que providências sejam tomadas. Porque tem outras terras na mesma situação, que estão sendo entregues ao grande latifúndio.

Então, para os ricos, tudo; para os desmatadores, para os agressores do meio ambiente, para a monocultura, tudo; e para os trabalhadores rurais, nada. Sr. Presidente, para eles, a criminalização das suas lutas. É isso o que está acontecendo no estado de São Paulo e no Brasil também.

Então, espero que o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas tomem providências, porque nós tomamos a nossa aqui, que foi votando contra, obstruindo o projeto, e agora acionando o MP e o TCE, através de representações que eu fiz, no dia nove de maio, Sr. Presidente.

Então, espero que essas providências sejam tomadas, e que essa entrega das nossas terras do estado de São Paulo seja devolvida ao Estado e elas sejam utilizadas para uma verdadeira reforma agrária, e entregues a quem produz na terra aqui no estado de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Pela ordem, deputado Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Agradeço se puder falar pelo Art. 82 por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Estamos encerrando o Pequeno Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Passamos a palavra para o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, pelo Art. 82, pelo prazo regimental de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - PELO ART. 82 - Presidente, deputado Paulo Reis, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, gostaria de chamar a atenção para a matéria que saiu hoje na “Folha”, acerca da Lei nº 17.557, de 2022, que trata sobre o programa estadual de regularização de terras, autorizando a Fazenda a celebrar acordo, judicial ou administrativamente, para fins de alienação onerosa de terras presumivelmente devolutas, assunto que foi objeto também da fala do deputado Carlos Giannazi.

A bancada do PT entrou com ação direta de inconstitucionalidade e com pedido de medida cautelar contra esta lei, que foi apelidada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra como a “lei da grilagem”. Segundo a matéria, vem ocorrendo uma aceleração no processo de regularização de terras que são áreas públicas ocupadas irregularmente.

A Procuradoria Geral da República deferiu uma medida cautelar que suspende os efeitos desta lei desde 15 de fevereiro deste ano. Porém, mesmo assim, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, Itesp está dando continuidade e julgando precedentes diversos processos de grandes produtores. O próprio diretor executivo do Itesp, Guilherme Piai, reconhece, em vídeo, que a lei pode cair a qualquer momento, conforme o parecer da Procuradoria Geral da República.

A AGU manifestou-se pelo deferimento parcial da medida cautelar, por entender que a lei deixa de prezonizar a necessidade de macrodiretrizes distributivas previstas nas normas constitucionais que regem as políticas nacionais de desenvolvimento agrário e urbano, sobretudo a de reforma agrária e proteção do Meio Ambiente, dos povos originários, da regularização dos territórios quilombolas e da concretização da função social da propriedade.

Enquanto a Constituição prevê, em seu Art. 22, como competência privativa da União legislar sobre direito agrário e, uma vez que o assunto trata de objeto de direito agrário, o Art. 188 estabelece a necessidade de compatibilização como política agrícola, e com o Plano Nacional de Reforma Agrária, o que não consta tanto na lei quanto no decreto regulamentador.

Ainda conforme o parecer da Procuradoria Geral da República sobre o disposto, a regularização fundiária rural é a privatização de terras públicas que se enquadram com hipótese de alienação de bens da administração e, portanto, deve seguir o princípio da obrigatoriedade de licitação, o que não cabe a estados legislar sobre processos de dispensa de licitação, inclusive para alienação de imóveis.

A lei de licitações indica, em seu Art. 17, que a alienação de bens da administração pública deverá ser subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, sendo precedido, no caso de imóveis, de autorização legislativa, que deve ser votada inclusive por nós, deputados e deputadas desta Casa.

Conforme o relatório “Conflitos no Campo: Brasil”, da Comissão Pastoral da Terra, CPT, publicado recentemente em 2022, o estado de São Paulo registrou 15 áreas com conflitos por terra que envolvem 1.565 famílias, dentre as quais temos assentados, comunidades quilombolas e indígenas.

É inaceitável que grupos inteiros, com diversas famílias que lutam por terra, que a utilizam para a função social, para a plantação de orgânicos, sejam criminalizados ao passo que outras famílias abastadas, para o fazer, possam pagar por glebas de hectares e hectares abaixo dos preços e com baixas parcelas. Se tais terras devem ser utilizadas para a função social nessas condições, que sejam respeitadas as legislações que asseguram a reforma agrária.

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar brevemente que hoje houve a posse da nova reitoria da Escola Paulista de Medicina, a transmissão foi do Dr. Fulvio Alexandre Scorza ao professor Magnus Dias da Silva e à vice-diretora Marimélia Porcionatto. A professora Soraya Soubhi Smaili, ex-reitora da Unifesp, me convidou para assistir e estar presente nessa comemoração tão bela que acontece por ocasião dos 90 anos de aniversário da Escola Paulista de Medicina.

E, nesta mesma manhã, houve também a comemoração dos 90 anos da fundação da Escola de Sociologia e Política, que também reuniu tantas pessoas juntamente com o novo diretor, Angelo del Vecchio, como Vicente Trevas, a diretora Valquíria e tantos intelectuais, sociólogos, economistas, cientistas sociais que lá estiveram numa bonita comemoração dessa instituição, fundada por Roberto Simonsen, que, inclusive, muito ajudou a industrialização do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de utilizar a tribuna pelo Art. 82 da liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental, tem V. Exa. o tempo de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Presidente, deputado Reis, recebi esta semana as propostas do Fórum das Seis em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2000 para 2024, que nós vamos começar a debater agora, nesse final do primeiro semestre, uma lei importante que estabelece as diretrizes para a organização do orçamento para o ano que vem. Já protocolamos inclusive, como sempre fizemos, há anos que nós apresentamos as emendas do Fórum das Seis que, para quem não sabe, representa as nossas três universidades, toda a comunidade acadêmica, os professores, os alunos e os funcionários da USP, da Unicamp, da Unesp e também dos servidores, dos professores e dos alunos do Centro Paula Souza.

São várias as emendas, todas elas pertinentes que nós apoiamos, tanto é que nós apresentamos para que elas sejam publicadas na LDO. Eu queria chamar a atenção de algumas importantíssimas, Sr. Presidente, principalmente no momento em que o governador Tarcísio de Freitas anuncia que vai reduzir o orçamento da Educação.

Ele disse que vai enviar uma PEC aqui, para a Assembleia Legislativa, mudando a Constituição Estadual, que obriga o Estado a investir 30% do orçamento em Educação pública, no entanto, ele disse que vai reduzir para 25 por cento.

Isso é um crime, é um atentado contra a Educação pública no nosso Estado, e tudo faremos para que esse projeto, para que essa nefasta e perversa proposta não seja aprovada na Assembleia Legislativa.

Uma das emendas, aliás, a primeira emenda apresentada pelo Fórum das Seis combate exatamente isso, porque o Fórum defende aqui o investimento mínimo de 33%, não de 30%. Aumenta, o Fórum vai além, porque nós precisamos realmente aumentar o investimento em Educação no estado de São Paulo, é disso que nós precisamos.

Nós precisamos valorizar os profissionais da Educação com salários dignos, nós precisamos investir na infraestrutura das nossas escolas estaduais, que estão degradadas e sucateadas. Então as escolas precisam de laboratórios, oficinas e materiais pedagógicos; precisam de quadras para esportes, para a prática das aulas de educação física.

Enfim, eu tenho mostrado quase semanalmente aqui no plenário, inclusive com fotos, imagens e vídeos, a degradação da rede pública de ensino. No entanto, o governador vai na contramão e ameaça reduzir o orçamento, mas o Fórum das Seis corretamente diz: “não, tem que aumentar, não reduzir”. Então todo o nosso apoio a essa importante proposta de imprimir um investimento mínimo de 33% na Educação do estado de São Paulo.

Ainda nesse campo do financiamento da Educação, deputado Suplicy, Vossa Excelência, que é economista e também professor da Getúlio Vargas, olha só: o Fórum das Seis também defende o aumento do percentual de financiamento para as universidades, porque desde 1995 o governo estadual investe apenas 9,57% da cota, parte do ICMS - isso é pouco. De 1995 até os dias de hoje, as universidades expandiram os campi, os cursos, contrataram mais funcionários e professores, mas o percentual de investimento ainda é o mesmo de 1995 - há quase 30 anos é o mesmo percentual.

O Fórum das Seis, de uma forma acertada, defende também o aumento desse percentual, e na segunda proposta aqui, apresentada pelo Art. 5º, o Fórum defende um investimento do percentual global, que ele seja de pelo menos, de no mínimo 11,6 por cento.

Eu digo que ainda é pouco, mas seria minimamente razoável a Assembleia Legislativa aprovar essa emenda do Fórum, porque nós temos que aumentar o número de universidades públicas no estado de São Paulo para atender a demanda do ensino superior, que infelizmente é atendida pelas universidades privadas e uma boa parte delas sem oferta da qualidade de ensino - são as famosas unsiequinas da vida.

Nós queremos universidades públicas em todas as regiões do nosso Estado, e São Paulo tem orçamento para isso. São várias propostas que nós estamos apoiando, Sr. Presidente. Sei que encerrou meu tempo.

Por fim, uma preocupação e uma denúncia gravíssima ainda do Fórum em relação aos descontos indevidos na base de cálculo. Isso nós já tínhamos denunciado em vários anos anteriores, e isso não foi resolvido ainda porque há um desconto indevido na base de cálculo.

O governo retira o orçamento da habitação de multas, juros de mora e da dívida ativa, reduzindo ainda mais a parte de financiamento das nossas universidades. É um truque, uma manobra contábil para diminuir o investimento nas nossas três universidades e no Centro Paula Souza.

Então, o nosso total apoio e peça, sobretudo, o apoio dos deputados, que também receberam esse documento, porque ele foi entregue, ele é público, está publicado no “Diário Oficial”.

É muito importante que nós possamos defender a educação básica do estado de São Paulo, a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino técnico e tecnológico e o ensino superior, sobretudo as nossas três universidades: a USP, a Unicamp e a Unesp.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão. Tenham todos uma boa tarde.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 16 minutos.

29 DE MAIO DE 2023 49ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: EDUARDO SUPLICY, REIS e CONTE LOPES</p>
<p>RESUMO</p>
<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p> <p>1 - EDUARDO SUPLICY Assume a Presidência e abre a sessão.</p> <p>2 - REIS Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>3 - REIS Assume a Presidência.</p> <p>4 - EDUARDO SUPLICY Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>5 - EDUARDO SUPLICY Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>6 - CONTE LOPES Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>7 - EDUARDO SUPLICY Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>8 - CONTE LOPES Assume a Presidência.</p> <p>9 - REIS Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>10 - REIS Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p>11 - PRESIDENTE CONTE LOPES Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 30/05, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Eduardo Suplicy.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se ao</p>
<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p>
<p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente. Passamos à chamada dos deputados inscritos no Pequeno Expediente. Primeiro, Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Segundo, Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Paulo Reis. Tem a palavra pelo tempo regimental de cinco minutos.</p> <p>O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Saudar o presidente Eduardo Matarazzo Suplicy, saudar todos os funcionários desta Casa, os integrantes da Polícia Militar, os integrantes da Polícia Civil, os integrantes da Polícia Técnico-Científica e os integrantes da Polícia Penal. Também saudar todos os professores, os educadores, os profissionais da Educação.</p> <p>Sr. Presidente, eu quero dizer aos policiais civis, militares, técnico-científicos, para que ainda não façam dividas, porque realmente nós aprovamos aqui o projeto que dá o aumento para eles. O governador já sancionou, mas só vai produzir resultado para agosto.</p> <p>Então no mês de maio agora não tem nada a mais no pagamento, no mês de junho não vai ter nada no pagamento, no mês de julho não vai ter nada no pagamento. Só a partir de agosto. Então o primeiro pagamento: só para agosto.</p> <p>Eu quero cobrar o governador Tarcísio de Freitas para que ele mande com urgência o projeto de lei também para a valorização das outras categorias, que ficaram de fora.</p> <p>Então é preciso aprovar o projeto de lei que garante o reajuste para os profissionais da Educação, para os profissionais da Saúde.</p> <p>Para os oficiais administrativos, que há uma promessa de um projeto para reorganizar a carreira, reestruturar a carreira, valorizar a carreira, mas esse projeto até agora não chegou nesta Casa. Se fala muito nos bastidores que esse projeto será enviado a esta Casa.</p> <p>E os oficiais administrativos que trabalham na Polícia Civil, na Polícia Militar, na Polícia Penal... Em todas as repartições da Segurança Pública, nós vamos encontrar os oficiais administrativos com um salário de cerca de 690 reais por mês. Nem o salário mínimo regional eles recebem, o governo tem que dar um bônus para poder chegar a um salário mínimo.</p> <p>Um bônus complementar, que também é um outro projeto de lei que o Sr. Tarcísio... Já conhecido como Thor, porque ele tem um martelo, não sei se V. Exa. sabe. Dizem que ele tem um martelo e ele bateu muito forte com aquele martelo lá quando se falou de privatização, então, Tarcísio Thor privatizador.</p> <p>Que ele mande para essa Casa também o projeto que trata então desse bônus, porque o funcionário público que tem um salário inferior a um salário mínimo, ele tem que receber essa complementação, essa bonificação.</p> <p>Então, é outra cobrança que tem chegado para mim por e-mail de várias categorias, inclusive dos oficiais administrativos, para que mande o projeto o quanto antes para tratar dessa questão da reorganização, da reestruturação dos oficiais administrativos da Segurança Pública e, obviamente, os demais profissionais.</p>

Todos estão aguardando esse projeto aqui para dar o aumento que os funcionários públicos têm direito, eles têm direito. E a minha recomendação continua sendo essa porque muitas pessoas acham que a partir de junho, julho já vai ter aumento e não tem aumento, o aumento é só para agosto.

Então, aqui o que me trouxeram é a questão do projeto da reestruturação dos oficiais administrativos. Os oficiais administrativos que também tiveram grande prejuízo com a questão da insalubridade, que eles recebiam no grau máximo e numa canetada passaram a receber no grau mínimo.

E a questão das categorias que querem sim ser recebidas pelo governador de São Paulo, as categorias da Segurança Pública, as categorias representativas. O governador recebeu os delegados, o Sindicato dos Delegados, e recebeu a Associação dos Delegados. A associação já é um puxadinho do governo porque, inclusive, seus representantes fazem parte da gestão lá da Secretaria de Segurança Pública.

Mas, os sindicatos dos investigadores, dos escrivães de polícia, dos oficiais administrativos, dos peritos criminais, as associações elas também querem ser recebidas porque elas querem levar os seus pleitos.

Então, a polícia não é só de uma categoria, a Polícia Civil é formada por carreiras. Então, se o governador quis receber a carreira dos delegados, é de bom tom que ele receba as demais carreiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Meus cumprimentos ao deputado Paulo Reis. Agradeço se puder aqui vir a Presidência para que eu possa, então, também usar da palavra.

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Assumindo a Presidência e seguindo aqui a lista de oradores do Pequeno Expediente, o próximo orador deputado Leonardo Siqueira. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy.

Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Prezado presidente Paulo Reis, Sras. Deputadas, Srs. Deputados; venho a esta tribuna para tratar de um tema que acompanho há longa data e que está entre um assunto de fundamental importância para a economia do estado de São Paulo, a defesa da concorrência no setor de suco de laranja concentrado congelado, atingido pela verticalização da produção, pelas indústrias processadoras, resultando em baixos preços pagos por essas mesmas indústrias pela fruta dos pomares de pequenos e médios produtores rurais distribuídos pelo interior do Estado.

São esses produtores que, reunidos na Associação Brasileira de Citricultores, a Associtrus, promove ações contra a existência de cartel na aquisição do mercado produtor de laranja por parte das empresas processadoras desde a década de 1990, década essa que justamente eu fui senador, pois fui eleito a primeira vez em 1990 e fiquei senador até 2015.

A investigação foi iniciada em 1999 com base em denúncia de citricultores, pois a Cargill, a Cutrale, a Citrusuco, a Coimbra, a Citrovia, a Montecitrus, além da própria Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos, Abecitrus, fizeram parte dessa ação.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, ao analisar o caso conclui que houve, sim, uma estratégia por parte das empresas, que podem ser classificadas como: primeiro, cartel dos processadores de suco de laranja concentrado congelado exercia forte pressão para que os produtores vendessem a laranja por preços abaixo do custo.

Segundo, as pequenas e médias empresas, por conseguinte, não conseguiram mais se manter no setor, sendo logo fechadas ou compradas pelas grandes indústrias do mesmo segmento.

E, terceiro, verticalização do fazer com a aquisição por parte das grandes indústrias de fazendas para plantio próprio de laranja.

As práticas anticoncorrenciais incluíam ainda o atraso nas negociações, de forma que parte da produção de laranja apodrecesse, forçando a entrega da fruta por preços abaixo da importância que tinham.

Entre os anos 1999 e 2006 perderam-se 60 milhões de caixas de laranja no estado de São Paulo como resultado dessa prática, levando os mais de 27 mil produtores de laranja, em 1980, a acolherem para o número de sete mil produtores atualmente.

Em verdade, em função da verticalização do mercado, as próprias empresas interessadas no mercado internacional passaram a arrendar e comprar terras desses produtores, levando à concentração de mais de 50% das terras em que se produz laranja a pertencerem a uma única empresa, a Cutrale.

O Cade recomendou, por exemplo, a conformação do Conselho de Produtores de Laranja e Indústrias do Suco de Laranja, a Consecitrus, para atuar como arena de negociação entre as partes para reestabelecer o funcionamento adequado deste mercado tão importante, que diz respeito não apenas às exportações do suco produzido em São Paulo, como também à soberania e segurança alimentar e nutricional.

Além de medidas antitrustes, fortalecer a posição de produtores rurais efetivamente ligados à terra por gerações pode envolver, por exemplo, a incorporação de mais suco de laranja na merenda escolar e cestas básicas e a necessidade de maior proporção de suco e néctares.

Resta ainda uma medida legítima de reparação dos danos concorrenciais causados à ordem econômica a produtores e consumidores que foram patrimonial e moralmente afetados no período de vigência das agressivas práticas do cartel, nomeadamente entre janeiro de 1999 e janeiro de 2006.

Por essa razão, o presidente da Associtrus, Sr. Flávio Viegas, cujo trabalho à frente dos produtores de laranja tenho acompanhado desde quando senador, produtor rural de Bebedouro, ele tem estimulado a tramitação da ação civil pública, resultado do inquérito civil público instaurado pelo Ministério Público Federal de São Paulo, impetrado pela Procuradora da República, Karen Louise Janette Kahn.

Com base em laudo produzido pela Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise Centro-Nacional de Perícia, da Procuradoria-Geral da República, constatou-se que danos materiais decorrentes diretamente das condutas anticoncorrenciais de autoria comprovada das demandadas, os custos irrecuperáveis aos produtores e a estimação de spread, ou seja, a diferença do valor pago pela indústria aos produtores por caixa de fruto e o valor que, efetivamente, tinham, serviriam para estimar um pedido de indenização de R.494.057.973,69 reais, merecendo ainda revisão e correção desses valores no decorrer da ação.

Na mesma ACP o Ministério Público Federal pede, ainda, o reconhecimento de danos morais coletivos por injusta lesão causada às comunidades em que se encontram esses produtores. O valor pedido é de R.4250.000.000. Ao todo, portanto, o pedido de indenização é de mais de 13,75 bilhões de reais.

Informou-me a procuradora Karen Kahn que tal processo corre em segredo de Justiça, o que, pela própria natureza da ação de prejuízo à ordem econômica, deveria ser revisto no sentido de dar transparência para toda a sociedade sobre o andamento dos processos que pretendem corrigir e compensar pela prática de cartel no setor da laranja, agentes que lesaram nossos produtores rurais, nossa economia e o alimento que vai à mesa do Brasil e do mundo.

Eu, que sou uma pessoa que gosta muito de tomar suco de laranja, considero essa matéria muito importante. Quero saudar o esforço dos produtores de laranja e de suco de laranja para resolverem logo este assunto.

Presidente Reis, se for possível ainda me inscrever novamente, aliás, já me inscrevi, posso...